



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

AREIA, OLHOS E OUVIDOS ATENTOS: AS CHAMINÉS ESTÃO ACESAS E O APITO DA SIRENE É UM CONVITE À FÁBRICA

Pollyana Cardoso Dantas*

Antonio Clarindo Barbosa de Souza (Orientador)**

1

Areia tipificou no século XIX a lenta transição de um mundo rural para um mundo marcado pelo modo e necessidades da vida urbana: possuía armazéns de tecidos e casas de ferragens que importavam diretamente da Europa, atendendo a toda a zona do Brejo. Era a cidade dos sobrados conjugados, que muitas vezes mesclavam em sua estrutura casa de morada e de negócios ou escritório, tudo devido ao forte movimento comercial.

Ademais, Areia foi por muito tempo o maior centro comercial do interior, tanto pela fertilidade de suas terras que favoreciam o cultivo de diversas culturas agrícolas (algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo, cereais, café), como também, pela sua posição de ligação entre o Sertão e o Litoral, chegando a possuir a maior e mais importante feira dentre as existentes no interior da Paraíba.

Isto porque as feiras locais movimentavam e abasteciam o mercado regional, atraindo pessoas advindas das várias regiões da Província da Parahyba e das províncias

* É graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

** Professor da Universidade Federal de Campina Grande e integrante do quadro docente do PPGH.

vizinhas. Através do desenvolvimento de sua função comercial, na segunda metade do século XIX, além das importantes feiras livres, o comércio de artigos de consumo diversos também obteve destaque em toda a Paraíba através da venda de roupas, calçados, móveis, ourivesaria, relojoaria, entre outros produtos que também se constituíram como significativas fontes de renda local.

No entanto, vitimada pela crise econômica no final do século XIX, Areia teve seu desenvolvimento estancado o que acarretou o arruinamento e abandono de alguns edifícios que comprometeram seu crescimento urbano nos anos subseqüentes, ficando à margem do mercado consumidor de produtos.

Um dos fatores responsáveis pela crise econômica e social da cidade foram os incontáveis ciclos econômicos. Isto porque desde sua colonização o território areiense se apresentou favorável para o plantio de várias culturas agrícolas, que ajudaram no seu desenvolvimento. No entanto:

Os terrenos amplamente acidentados, nunca permitiram no Brejo uma mecanização da lavoura, além disso, havia os problemas de mão de obra, de capital, de transporte, de créditos, e ainda mais as desgraças das pragas. Os agricultores, muito castigados por tantos problemas, desistiam de uma cultura para outra, ora em virtude do aparecimento de problemas de natureza fitossanitária, ora em consequência de inúmeros outros fatores (LIMA, 1972, p.11-12).

Devido a esta constante substituição de uma cultura por outra por força das circunstâncias, a economia areiense mostrou-se sempre instável, primeiro “a do algodão, do início do século XIX até os meados do mesmo século, sucedendo-lhe a da cana-de-açúcar até os primórdios do século XX; a do café que chega até 1922 e a do agave que vai de 1940 à 1960, aproximadamente...” (SÁ, 1980, p.69).

Em decorrência desses incontáveis “ciclos-econômicos-areienses”, Areia começou a apresentar crescentes sintomas de decadência econômica, que vieram acompanhados com a República em 1889. T tamanha crise acentuou-se consideravelmente com o avanço da Estrada de Ferro Conde D’Eu, depois Great Western of Brazil, pelo território paraibano. Pois a mesma fechou o cerco em torno de Areia a partir de 1900, provocando o isolamento da cidade. Conforme Almeida (1958, p.176):

Areia começou a cair com a República, não por causa da mudança do regime, mas pelo **cerco das estradas de ferro**, que a deixaram isolada, e pelo fermento da política interna, que degenerou em desordem. (...) **é sabido que onde os transportes se tornam difíceis a decadência toma conta do lugar**. O tempo pára, o progresso emigra, o homem fracassa em suas tentativas. **Foi o que se deu em Areia, a garbosa e destronada princesa da Borborema. Estrangulada, submergiu no lugar comum das cidades mortas, deixando aos pósteros o consolo lírico de rememorar as tradições do passado.** (*Grifos nossos*).

Conforme Aranha (2006), o trem surgiu em meio ao imaginário social como um instrumento redentor, que levava progresso, prosperidade e desenvolvimento por onde passasse, entretanto, as cidades não contempladas pelos trilhos sofriam graves problemas econômicos.

Até o final do século XIX, o advento da estrada de ferro fez com que muitos núcleos urbanos do interior paraibano que não tinham atingido notável desenvolvimento alcançassem prosperidade. Segundo Almeida, (1958, p.170) “a estrada de ferro onde fazia ponta de linha dava vida ao lugar. Se passava adiante, levava consigo o progresso. [...] Os lugares que ficaram marginalizados, ao longo da estrada, sem vias de acesso, como Mamanguape e Areia, caíram estagnados”. Por este motivo, Areia continuou dependendo da agricultura e de dois consideráveis empreendimentos no século XX: a Usina Santa Maria e a fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis¹.

AREIA, ARQUITETURA URBANA E FIXAÇÃO DE MEMÓRIAS

Conforme Rolnik (2004), construir cidades também corresponde a uma forma de escrita, impulsionada pela necessidade de memorização. E quando falamos em escrita, nos referimos não apenas a produção de documentos escritos, ordens e inventários, como a própria arquitetura urbana que fixa uma memória para a cidade.

O traçado das ruas, a construção das casas, praças e tantos outros espaços que constituem a cidade, são significados pela experiência daqueles que os ocupam, promovendo apropriações cotidianas do espaço citadino. E as formas que comportam

¹ Chegando a cidade a alcançar no ano de 1950 o número populacional de 46.300 habitantes como consequência do êxodo rural (para os trabalhos na Usina Santa Maria e na Fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis)

estes espaços podem ser lidas e decifradas como a um texto. “É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar a sua história” (ROLNIK, 2004, p.18).

Portanto, para penetrar na alma de uma cidade é preciso percorrê-la em sua concretude, visitar suas ruas, bairros, comunidades, descobrir o papel dos sítios e as transformações processadas ao longo do tempo, a função destes lugares e os sentidos atribuídos aos mesmos.

A partir deste passeio por Areia constatamos que a fábrica quando inserida no contexto urbano alterou significativamente a feição original da cidade, abalando além da economia local sua própria aparência urbana e social. Pois a experiência do “viver na cidade”, ocasiona um impacto na vida cultural e a emergência de novas sensibilidades definidoras do que se convencionou chamar de modernidade, possibilitando o surgimento de novos hábitos e costumes.

É importante enfatizar ainda que os grupos aos quais pertencemos e os lugares aos quais nos vinculamos têm neles uma memória inscrita, da qual participamos. Por isso, o ato de rememorar também é estimulado pelos lugares, aos quais atribuímos significados sociais. Sendo assim, as noções de tempo e espaço são fundamentais para a rememoração do passado, na medida em que a localização espacial e temporal das lembranças é a essência da memória.

Compreendendo ainda que, toda memória é seletiva, e por ser seletiva, rememorar é também esquecer. De acordo com o sociólogo Maurice Halbwachs, nossas lembranças surgem porque os outros, ou a situação presente as provocam. Portanto, o que o presente não solicita à memória é “esquecido”, não verbalizado, como o mesmo elucida:

não é o passado todo inteiro que exerce sobre nós uma pressão com vista a penetrar em nossa consciência. Não é mais a série cronológica dos estados passados que reproduziria exatamente os acontecimentos antigos, mas são aqueles únicos entre eles que correspondem a nossas preocupações atuais que podem reaparecer. A razão de sua reaparição não está neles mas na sua relação às idéias e percepções de hoje: não é pois deles que partimos mas dessas relações. (Halbwachs, 1990, p.141-142)

No cenário urbano areiense, o espaço então ocupado pelas edificações da “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A” está permeado de valores. Embora a estrutura física dessas construções tenha sido destruída, o valor histórico permanece, revelando o modo de viver e trabalhar daqueles antigos operários. Há ali o valor cultural, que proporciona subsídios para o esforço da identidade social de um grupo representado no espaço construído. Há também o valor cognitivo, que possibilita a transmissão de conhecimento e aprendizado sobre o processo de produção têxtil e sobre a relação dos operários com o espaço às futuras gerações².

Assim, o tempo narrado e as práticas de percurso, nos possibilitaram reconhecer “Arenópolis” como um espaço de sociabilidade³, permeado por comportamentos coletivos, sensibilidades, imaginações e gestos, que marcaram a vida cotidiana dos operários que sobre ela produzem narrativas de memória. Pois, através do ato de rememorar os depoentes delineiam os espaços da fábrica como resultado de suas práticas cotidianas, pois, como aponta Certeau (1994, p.202) “(...) o espaço é um lugar praticado.”

Entendendo ainda, que os gestos sonoros, o ruído dos passos, das vozes, as chamadas e as ordens, o som das máquinas, o apito da sirene, compõem paisagens sonoras que informam sobre as maneiras de viver e praticar este espaço.

ARENÓPOLIS E O DESPERTAR DE NOVAS SENSIBILIDADES

A presença da fábrica de Fiação e Tecelagem provocou mudanças significativas na paisagem urbana da cidade. Sons como o do apito da sirene, antes desconhecido, passaram rapidamente a integrar o cotidiano de Areia e comandar a vida das pessoas. Nas palavras de Bosi (1999, p.444-445):

(...) As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória. Além desses apoios temos a paisagem sonora típica de uma

² “A noção de geração deve, portanto, transcender a manifestações “externas”, resultando de um trabalho de memória comum de grupo, que identifica sua vivência e a transmite aos seus sucessores que não a compartilharam.” (GOMES, 1996:40)

³ “Se o espaço de sociabilidade é “geográfico”, ele é também “afetivo”, demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e, principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo.”(GOMES, 1996:42)

época e de um lugar. Há paisagens sonoras (...) das cidadezinhas onde os sons estão sujeitos aos ciclos naturais de atividade e repouso de seus produtores.

No relato de nossas narradoras o apito da sirene se constituiu um marco em suas lembranças. Pois estas afirmam reproduzir em suas mentes o mesmo som de anos atrás. Som que evoca lembranças passadas no presente, lembranças que estão povoadas de sons.

Nesse sentido, Roche (1998, p.107) ressalta: “A riqueza da paisagem sonora resulta da escuta atenta, que visa à constante decifração dos gestos e das condutas sonoras do outro.” Uma vez que as paisagens variam e cada uma tem a sua própria história.

Como explicita Alain Corbin (1998, p.104-105):

A história dos espaços e das paisagens sonoras contribui muito para a das emoções, a das representações do meio e a dos usos quotidianos. Mas o seu interesse não se limita a isso. A história social tende a tornar-se a dos processos de construção das identidades, individuais ou coletivas, e a das maneiras como se desenham as representações e se organizam as relações sociais. Ora, a história das paisagens sonoras, isto é, das maneiras como estas se constituem, se tornam a arranjar, se desfazem, pode felizmente contribuir para tais projetos. O mesmo acontece com tudo o que diz respeito à história da atenção prestada às sonoridades e ao sentido que se lhes atribui.

6

Para D. Violeta⁴ havia uma relação disciplinar entre o apito da sirene e sua entrada no trabalho, que ia das 10 horas do dia até às 6 horas da noite, em suas lembranças: “(...) tinha a sirene, tinha a sirene. Apitava faltando 20 minutos pras 10, quem tava em casa já ia né? Aí quando davam 10 horas que apitava todo mundo entrava. Era assim.”

Os operários da fábrica de “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”, trabalhavam incansavelmente de segunda a sábado. O tempo de trabalho era mediado por este apito da sirene que alertava de forma insistente os operários que estavam prestes a sair, e os que chegariam em seguida para ocuparem o lugar daqueles. Ambos trabalhavam 8 horas por dia.

⁴ Entrevista concedida à autora em 2008.

Esses operários se organizavam em três turnos. O primeiro pegava das 22 horas até as 06 da manhã; o segundo entrava as 06 e saía às 14 horas; o terceiro ia das 14 às 22 horas. Eles eram em sua maioria assíduos, de tudo faziam para comparecer ao serviço e desse modo não levar falta. Pois faltas não justificadas os levariam a perder a quantia equivalente ao dia de trabalho, não recebendo conseqüentemente o salário integral. E o gerente estava sempre atento aos faltosos justificando apenas motivos de doença com atestado médico em mãos.

De acordo com a divisão setorial do trabalho estes operários foram privados do conhecimento de outras funções, se limitando apenas a parte que lhes cabia na produção. No interior da fábrica o tempo e atenção de todos era dedicado apenas ao trabalho e as máquinas, impedindo-lhes qualquer “associação”, como testemunha D. Violeta:

Ninguém podia conversar. Se o mestre pegasse as pessoas conversando, ai meu Deus, ia pro carão. Era. (...)Não podia não, conversar não. A atenção era só no trabalho e mesmo não podia conversar porque aquelas máquinas pesadas né? Se nego fosse se distrair (...) acabava se acidentando e não dava certo, tinha que ter a atenção ali. A atenção só era ali mesmo no trabalho.

O olhar vigilante dos mestres que rondava os espaços da fábrica, bem como a presença do gerente, incomodava os operários que se sentiam vigiados, inibidos, coagidos. Mas na ausência destes, os operários trabalhavam com maior liberdade o que lhes garantia a satisfação desejada, se sentiam os donos das máquinas em uso e viam todo o processo de tecer e fiar não como um mero serviço, mas como uma arte do qual eram portadores. Eram mais “donos da fábrica” que os proprietários, pois aqueles mantinham o empreendimento fabril e possuíam os meios de produção, mas eram os operários que a faziam funcionar e utilizavam aqueles meios para produzir.

No entanto, estes operários não estavam isentos de acidentes, pelo contrário, as possibilidades destes acontecerem eram enormes tendo em vista o tamanho das máquinas. Além disso, o trabalho operário embora braçal requeria muita concentração no que estava sendo feito, eram longas horas exaustivas de repetição, que sugavam-lhes as forças ao máximo.

Isso ficou comprovado com o relato oral de memória da mãe de D. Maria Violeta, D. Celina Henriques⁵ que, assim como a filha, exerceu a função de fiandeira, pois esta, depois de exaustivas noites de trabalho chegou a se acidentar, tendo alguns dedos mutilados pela máquina. Ela recorda com tristeza o acontecido: “Eu tava uns 5 dias sem dormir trabalhando muito, pegava de 10 soltava de 6. Aí não sei se foi um cochilinho que eu dei (...) aí me levaram pro hospital pra pontear.” Bastou apenas um cochilinho e a máquina não perdoou, foram dedos decepados, dor, lágrimas, momentos de agonia, mãos tão ágeis que sofreram a perda de dedos tão necessários para um bom desempenho nas atividades fabris.

A citação a seguir nos ajuda a refletir e identificar este fato não como algo localizado, mas em sua extensão pelo território brasileiro, como realidade presente em estabelecimentos fabris.

Na idade da Máquina, a mão teria, por acaso, perdido as finíssimas articulações com que se casava às saliências e reentrâncias da matéria? O artesanato, por força, recua ou decai, e as mãos manobram nas linhas de montagem à distância dos seus produtos. Pressionam botões, acionam manivelas, ligam e desligam chaves, puxam e empurram alavancas, controlam painéis, cedendo a máquina tarefas que outrora lhes cabiam. A máquina dócil e por isso violenta, cumpre exata o que lhe mandam fazer; mas, se poupa o músculo do operário, também sabe cobrar exigindo que vele junto a ela sem cessar: se não, decepta dedos distraídos. Foram 14 milhões os acidentes de trabalho só no Brasil de 1975. (Os trabalhos da mão, Alfredo Bosi) (BOSI, 1999, p.470-141).

8

D. Celina afirma que ficou um mês sem trabalhar e durante esse tempo não recebeu nenhum tipo de assistência médica por conta da fábrica, e ainda ficou sem receber salário, embora tivesse justificado a sua ausência após a cirurgia, pois teve que ficar de repouso por recomendação dos médicos. Embora tenha voltado a trabalhar após sua recuperação, não pôde mais dar a mesma produção de antes devido à deficiência em uma das mãos. Como consequência, foi posta pra fora, sem nenhum direito assegurado, sem nenhuma indenização paga. Para D. Celina restou tão somente o ressentimento⁶, a triste lembrança da mutilação não apenas de dedos, mas de uma vida, que teve roubada de si o direito de trabalhar.

⁵ Entrevista concedida à autora em 2008.

⁶ O sentido psicológico de ressentimento é algo como a raiva ou a irritação perante uma desfeita.

D. Rosa Maria do Nascimento⁷, outra das nossas entrevistadas, trabalhou durante 15 anos na fábrica e era tecelã. Ela nos contou que era comum a lançadeira do tear soltar-se e ser arremessada pela máquina, sem direção, atingindo algum operário/a. A peça que se soltava era pontiaguda e de metal, e por vezes ocasionava sérios acidentes. Em suas tristes recordações um acidente na máquina de costura com um fim bastante trágico também é lembrado: “Olhe a costureira que costurava os sacos, no dia de santo Antônio, a máquina tava rodando e ela tinha uns cabelo bonito, grande, a costureira que costurava os sacos né? Aí a correia da máquina pegou o cabelo dela e arrancou com tudo.” Tais acidentes eram previsíveis em um espaço onde máquinas e homens sem equipamentos de proteção trabalhavam diariamente. E apesar de terem acontecido, nenhuma mudança foi feita para evitá-los, afinal de contas quem se prejudicava era o operário e os donos da fábrica não prestavam nenhum tipo de assistência em caso de acidentes, os próprios feridos é que se responsabilizavam, o que provocava dor, revolta e sérios ressentimentos.

Como enfatiza Pierre Ansart em *História e Memória dos Ressentimentos*: “É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimento e representações designados pelo termo ressentimento”. Mas muitas vezes nos esquivamos das relações hostis pertencentes à história nos dirigindo apenas as relações positivas das relações humanas. No entanto, os ressentimentos, os sentimentos de hostilidade compartilhados, são capazes de gerar cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo.

Entretanto, o historiador encontra dificuldade redobrada quando analisa não somente os ódios, mas tenta compreender o não dito, não proclamado, o que é negado e se constitui como um móbil das atitudes e concepções sociais. Pois a consideração dos ressentimentos nos conduz a zonas confusas e que comportam nas memórias incertezas.

Constatamos paradoxalmente que o peso da obrigação do trabalho era substituído pelo prazer no cumprimento do ofício, encarado como algo benéfico e necessário ao desenvolvimento do indivíduo, como relata D. Violeta: “(...) foi um tempo bom aquela época, ninguém via essas criança, esse povo, essa rapaziada tudo aí sem emprego né? Não, ninguém via isso porque os rapazinho já queria ir trabalhar, já

⁷ Entrevista concedida à autora em 2009.

trabalhava.” Tal estranhamento e crítica face à sociedade atual fica evidente pelo fato das nossas narradoras valorizarem o trabalho e o identificarem como algo natural, assim como comer e beber, isto é, uma necessidade.

Mas algumas vezes se torna visível o peso sacrificial das tarefas contrapondo o aspecto lúdico e liberador de energias. E ao lembrar esses anos passados é possível constatar as dificuldades objetivas da situação familiar, principalmente na infância, onde D. Violeta lamenta: “(...) eu mesmo pra te falar passava a data de aniversário meu que eu nem sabia.” Limitando sua vida ao mundo do trabalho, ela nos deixa a impressão de uma infância que surge como um álbum sem fotografias.

Contudo, há por parte das narradoras um saudosismo recorrente, pois a saudade é presentificada na maioria dos relatos, a exemplo do apresentado por D.Violeta:

Ah, pra eu te falar a verdade eu ainda sinto saudade da fábrica. Às vezes eu passo ali aonde é o correio né? Que a fábrica era naquele espaço descendo, descendo aquilo ali tudo era fábrica. Ai meu Deus, tem dia que quando eu passo lá, eu olho e digo: - Ou meu Deus. (...) eu gostava de trabalhar na fábrica.

No entanto, esta saudade também precisa ser problematizada de modo a responder a seguinte indagação que nos ocorre: Saudade de que? Pois a fábrica não é toda ela saudosismo! O certo portanto é que para esta ex-operária, caminhar e ver se confundem na lembrança, pois o tempo de lembrar está entrelaçado ao tempo de trabalhar e por mais que os anos passem os laços não se perdem, nem se desfazem, pois as recordações os ligam e solidificam cada vez mais. Destruíram paredes, não as histórias de vida. Embora a estrutura física da fábrica não mais exista, na recordação das entrevistadas a memória a repõe em seu lugar de origem, lhe atribuindo mais que forma, significação e sensibilidade.

A historiadora Eclea Bosi afirma em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, considera que o ato de lembrar não implica reviver, mas reconstruir experiências passadas que chegam até nós com as imagens e ideias do presente. Conforme Bosi (1999, p.55):

Por mais nítida que nos pareça uma lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor. O simples

fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe sua diferença em termos de ponto de vista.

A este grupo de três ex-operárias coube uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória do grupo, da instituição. Mas essa lembrança do passado evocado no presente sofreu um processo de “desfiguração” que Halbwachs põe em relevo. Pois a memória grupal é constituída de memórias individuais e sua reconstrução é feita a partir de ideias e ideais presentes, formada pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. Por isso, podemos concluir que existe a inerência da vida atual no processo de reconstrução do passado.

(...) Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas correntes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar sua imagem para a história. (BOSI, 1999, p 66-67).

Mas para a narradora “fica” o que significa: fatos não testemunhados se perderam, por não ser objeto de conversa e narração e, quando excepcionalmente evocados, não trazem consigo o reforço e o apoio contínuo dos outros, tão necessário para que nossas lembranças ganhem consistência. Pois o passado evocado entra no universo pessoal, é a sua vivência de mundo, é a lembrança construindo a sua história, da forma mais apropriada ao sujeito que elabora um quadro seletivo de sua vida e, portanto novo, sem o desejo consciente de modificá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia. Memórias de um Município*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In. BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas. Editora da Unicamp, 2001.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e imaginário na Paraíba e região: Tramas político-econômicas (1880-1925)*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. “Do Limousin às culturas sensíveis.” (pp.97-110).). In. RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértio, 1990.

SÁ, Maria Braga de. *Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia*. Microrregião do Brejo Paraibano. Recife. 1980.

LIMA, José Alves de. *Aspectos e retrospectos da agricultura e da agro-indústria areiense, seus problemas e carências assistenciais*. Areia: Gráfica do Artesanato Dom Aauto, 1972.

ROCHE, Daniel. “Uma declinação das Luzes” (pp.25-50). In. RIOUX, Jean Pierre e Sirinelli, Jean-François (orgs). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. (coleção primeiros passos)

Fontes orais – Entrevistas com:

Maria Violeta da Cruz

Celina Henriques da Cruz

Rosa Maria do Nascimento